

Autoritarismo e Participação
Os desafios da democracia brasileira frente a ascensão da extrema direita

Authoritarianism and Participation
The challenges of Brazilian democracy in the face of the rise of the extreme right

Fábio Hoffmann e Marília Gabriela de Sousa Mateus

Resumo: O objetivo deste trabalho consiste em investigar a natureza do autoritarismo brasileiro e sua relação com a participação política, mais especificamente àquela ligada a indivíduos e grupos do espectro ideológico da direita e extrema direita, que adquiriram um maior protagonismo nos últimos anos e conseguiram chegar ao governo por meio do voto. A hipótese seguida é da existência de uma cultura política que baliza o autoritarismo brasileiro de forma multidimensional e que trouxe como novidade no período pós-redemocratização um componente antissistêmico. O método utilizado é predominantemente de análise quantitativa longitudinal, se valendo de dados da World Values Survey (WVS), a partir das ondas disponíveis para o Brasil. Os resultados confirmam uma cultura política autoritária, a partir de uma base de apoio social para o autoritarismo militar, burocrático e de formação. Aspectos sob os quais foram instrumentalizadas as estratégias que viabilizaram a ascensão da extrema direita nos últimos anos, chegando ao ponto máximo da eleição de um representante para a Presidência da República e da cogitação de um golpe de Estado.

***Abstract:** The objective of this work is to investigate the nature of Brazilian authoritarianism and its relationship with political participation, more specifically that linked to individuals and groups on the right and extreme right ideological spectrum, who have acquired greater protagonism in recent years and managed to reach the government through voting. The hypothesis followed is the existence of a political culture that defines Brazilian authoritarianism in a multidimensional way, and that brought an anti-systemic component as a novelty in the post-redemocratization period. The method used is predominantly longitudinal quantitative analysis, using data from the World Values Survey (WVS), based on the waves available for Brazil. The results confirm an authoritarian political culture, from a base of social support to military, bureaucratic and training authoritarianism. Aspects under which the strategies that enabled the rise of the extreme right in recent years were implemented, reaching the peak of the election of a representative for the Presidency of the Republic and the consideration of a coup d'état.*

Introdução

A moderna democracia representativa de modelo liberal vem apresentando problemas que se acentuaram nos últimos anos. A arquitetura poliárquica de inclusão e contestação (Dahl, 2012; 2016), ou mesmo participação livre e voto livre (Schumpeter, 2017), vem permitindo um espaço formal para a ascensão de lideranças que agem inicialmente de dentro para fora, ou seja, procedendo a partir de regras democráticas para depois miná-las.

Lührmann e Lindberg (2019) reforçam que o que está em marcha é na verdade uma verdadeira onda de autocratização, que vem ganhando força tanto no interior de democracias longevas quanto em regimes mais jovens e que agora começa a alterar sua natureza (Boese et al., 2022). Todavia, para além das condições institucionais que permitem a busca do voto pelas

lideranças antidemocráticas, existe um apoio social que sustenta a base ideológica que sustenta esse movimento.

No caso brasileiro, houve um conjunto de condições que permitiram a eleição de um presidente abertamente autoritário, saudosista do período da Ditadura Militar que o país atravessou entre os anos de 1964–1985. Jair Bolsonaro foi eleito em 2018 em segundo turno pelo Partido Social Liberal (PSL) com 49.277.010 votos nominais, 46,03% dos votos válidos. Seu governo foi marcado pela cartilha anti-iluminista da extrema direita internacional propulsada por Steve Bannon (Alexander, 2018), com alguns componentes das disputas políticas em nível nacional e ancorada nas bases sociais que marcam a cultura política autoritária do país.

Durante o período que propiciou a ascensão de Bolsonaro ao poder, e mesmo durante o seu governo, houve crescimento e um maior protagonismo de grupos da direita do espectro ideológico ou mesmo de grupos antissistêmicos que pediam por intervenção militar e a volta de um regime autoritário. Essa maior participação e apoio permitiu que o então presidente eleito pudesse governar durante quatro anos sob um constante tensionamento institucional entre os poderes constituídos da república, ranqueasse inimigos e agisse minando a fé dos brasileiros, tanto no processo eleitoral quanto na justiça, com foco no Supremo Tribunal Federal (STF).

Esta pesquisa investiga a cultura política por trás da natureza multifacetada do autoritarismo brasileiro e a sua instrumentalização como base para o crescimento da participação e protagonismo de indivíduos e grupos da direita e extrema direita. A hipótese seguida é da existência de percepções, atitudes e comportamentos que balizam o autoritarismo brasileiro e sua forma multidimensional assentada principalmente no autoritarismo militar, burocrático e de formação. A novidade trazida pelo período analisado foi a reintrodução, no contexto pós-redemocratização, de um componente explícito e fortemente antissistêmico como elemento-chave das estratégias nas disputas políticas.

Compreendemos que o desenvolvimento socioeconômico e o progressismo cultural, que marcaram os governos de esquerda que antecederam a ascensão de Bolsonaro, foram seguidos de agudas perdas econômicas e declínio de posições sociais (crise econômica), além de uma campanha massiva de criminalização da política (crise moral e ética), que culminou

no segundo impeachment do período pós-redemocratização (crise política), somada a esse contexto as transformações que vem ocorrendo no campo da comunicação (comunicação digital). Tais elementos encontraram um campo de forte desconfiança política (Moisés, 2005; Moisés e Meneguello, 2013; Hoffmann, 2019; Santos, Hoffman e Duarte, 2020), insatisfação e desilusão com o regime democrático existente (Castro, Santos e Beal, 2020).

O artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente são feitos breves apontamentos sobre as noções de cultura política e conceito de autoritarismo e participação. Em seguida são apresentados os dados e a análise descritiva destes e após uma breve discussão traz alguns pontos que merecem destaques e aprofundamentos analíticos. Por fim, a conclusão traz os desafios teóricos e empíricos enfrentados, bem como os caminhos de aprofundamento nessa agenda de pesquisas. Diante do crescimento de movimentos e lideranças antissistêmicas, com representação formalizada nos últimos pleitos, torna-se imprescindível que uma agenda de pesquisa se consolide para investigar e explicar tais fenômenos que vem ocorrendo no interior das democracias supostamente consolidadas.

Autoritarismo e participação no Brasil contemporâneo

O autoritarismo não é um conceito estranho à Ciência Política. De acordo com Linz (1964), o autoritarismo trabalha para limitar o pluralismo e desmobilizar a participação, podendo surgir tanto da crise e do desmoronamento do sistema democrático quanto da transição do domínio tradicional. Além disso, o autoritarismo age para concentrar e aumentar poder, atuando para limitar ou mesmo extinguir o acesso à ele por uma suposta oposição, ao mesmo tempo em que mina os direitos civis, políticos e sociais.

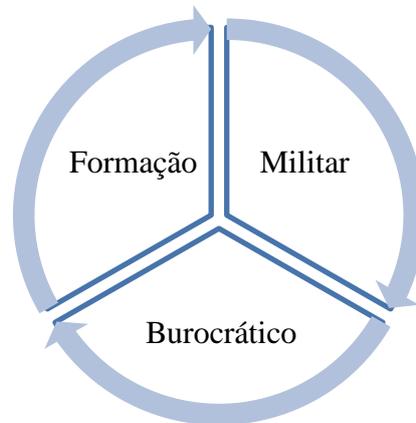
Entendemos que, no caso brasileiro, tanto na transição do domínio tradicional para o domínio legal (no sentido weberiano) permaneceram resquícios autoritários que se cristalizaram na cultura política brasileira. A formação política brasileira decorrida de uma “dinâmica órfã” (Badie e Hermet, 1993), contribuiu para a imposição de modelos institucionais verticais de mando que perpassou alguns aspectos do período colonial, mas foi decisivo principalmente quando da vinda da família Real em 1808 e que permaneceu presente durante sua independência nos períodos dos dois reinados.

Com a profissionalização das forças armadas e o movimento que levou à proclamação da República brasileira um outro tipo de autoritarismo passou a contracenar na cena política: o autoritarismo militar. Como argumentou Carvalho (2019), os militares estiveram presentes em todos os momentos de crise (1989, 1930, 1964), transição (1937, 1945) ou até mesmo abertura democrática (1985). As forças armadas estão entre as instituições em que os brasileiros mais confiam e entre aquelas em que veem uma saída quando de um momento de crise, restando ainda uma certa “nostalgia” com o período da Ditadura Militar (Bittencourt, 2020).

Outro autoritarismo que marca o Brasil é o burocrático. Schwartzman (1982) argumenta que o Brasil herdou um sistema político que não funcionaria como representante ou agente de grupos ou classes sociais determinadas, mas sim um que possui uma dinâmica própria e que esta deve ser buscada na história de formação do Estado Brasileiro. Ou seja, o sistema político e burocrático brasileiro foi “importado” —expressão muitas vezes usada por Faoro (2012)—, e tem na sua gênese e na sua lógica de ação, dinâmicas próprias de funcionamento, mais para dentro que para fora, mais para sua sobrevivência que para entregar resultados práticos efetivos. Tal dinâmica geraria duas características principais: primeiro, um sistema administrativo-burocrático neopatrimonialista e, segundo, o despotismo da própria burocracia.

O autoritarismo brasileiro, portanto, vem de dentro, da gênese de formação das instituições do Estado, passou a se radicar nas forças militares à medida que estas ganhavam profissionalização e protagonismo no seio social e político, mas também é burocrático, uma vez que certos grupos políticos, econômicos e sociais partilham entre si os benefícios propostos pela máquina pública em detrimento de outros. Abaixo a figura ilustra as três características centrais do autoritarismo no Brasil:

Figura 1. Três dimensões básicas do autoritarismo brasileiro. Elaborada pelo autor.



Todavia, a natureza do autoritarismo contemporâneo, principalmente em suas manifestações ligadas a ascensão da extrema direita inseridas no modelo liberal de democracia, tem trazido consigo um forte verniz populista. Foi assim com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, com a ascensão de Marine Le Pen na França nos últimos anos e, no caso do Brasil, com a chegada de Bolsonaro a Presidência da República em 2018. Além do conteúdo nacionalista, proposto por este tipo de autoritarismo, também se vê um discurso de anticiência, anticomunista, de defesa doméstica e em alguns casos com elementos racistas e xenofóbicos.

O autoritarismo de natureza populista se tornou um fenômeno global (Deibert, 2015), age para fomentar a imagem do líder, busca o antagonismo, a demarcação do inimigo, prefere governar na divisão ao invés de buscar o consenso, provoca a instabilidade do sistema político ao manter níveis elevados de polarização social cria narrativas extrainstitucionais via novas mídias sociais, ou seja, atua seguindo um padrão que promove permanentemente a descrença no regime. Lührmann *et al* (2019), ressaltam que nesse novo modo de estabelecer o conflito há um movimento — muitas vezes silencioso — para a retirada de oxigênio do complexo institucional democrático e que na maioria dos casos começam minando a crença nas instituições e no funcionamento do regime.

Uma vez que o autoritarismo age para limitar o pluralismo e desmobilizar a sociedade, seria esperado que a participação sofresse constrangimentos informais e formais. Para

Pateman (1992), a questão da participação constitui o objetivo central da democracia, pois cria canais para o inter-relacionamento entre os indivíduos e as estruturas de autoridade para que sua interação seja provocada, sendo que é preciso socializar as práticas de participação, pois os cidadãos só aprendem praticando.

Nesse sentido tanto a participação nos canais políticos institucionais e quanto nos canais institucionais de movimentos sociais são importantes, bem como o engajamento em associações civis. Como destacou Putnam (2000), o envolvimento dos cidadãos com associações formais e informais ajuda a formar o capital social, ou seja, quanto maior a participação nessa dimensão, maiores serão os níveis de solidariedade, reciprocidade e confiança, elementos que ajudam a sustentar a legitimidade dos sistemas sociais e políticos.

Maiores ou menores constrangimentos ocorreram no Brasil com a ascensão da extrema direita. Nos quatro anos que marcaram o governo do populista de extrema direita, Jair Bolsonaro, greves e mobilizações sociais foram aos poucos deixando de ocorrer — nesse caso é bom lembrar que parte do período foi marcado também pela pandemia do coronavírus, o que contribuiu para maior desmobilização. Espaços de participação formais como os conselhos das mais diversas áreas foram extinguidos ou tiveram seus recursos reduzidos, o que atingiu diretamente esse modelo de participação.

Por outro lado, grupos ligados à direita e extrema direita ampliaram sua participação no cenário social e político brasileiro. Desde às manifestações de Junho de 2013, grupos e movimentos, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua, se destacaram e foram decisivos no desenrolar de fatos políticos como o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, a ampliação do apoio à Lava Jato e a eleição de Jair Bolsonaro e diversas outras lideranças ligadas à direita e extrema direita do espectro político-ideológico.

Além desses movimentos, todavia, uma novidade do período pós-redemocratização foi o reaparecimento de grupos bem organizados pedindo por intervenção federal do poder executivo nos demais poderes e a volta de uma ditadura militar. Embora se saiba da existência de uma certa “nostalgia” do regime ditatorial por determinados grupos sociais, sua explicitação na rua em movimentos e manifestações passou a ser um desafio a mais para a já debilitada democracia brasileira.

Examinaremos alguns dados para verificar a direção e a profundidade do apoio social à estes grupos. Pretendemos explorar as dimensões autoritárias e de participação dos brasileiros nos últimos anos, além, é claro, de mensurar e destacar a ordem e a natureza do apoio social que eles dão à democracia. Isso é valioso a medida que poderemos prever o arrefecimento de tais grupos ou sua posição consolidada no cenário nacional.

Dados

Os dados utilizados são da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS) que é uma investigação feita através de pesquisas *surveys*, representantes de amostras elaboradas para cada país pesquisado e realizada por uma rede global de cientistas sociais que estudam a mudança nos valores e seus impactos na vida social, política e econômica dos países. Foi iniciada na década de oitenta pelo professor Ronald Inglehart e hoje cobre mais de 90% da população mundial.¹

A análise é predominantemente quantitativa longitudinal e se vale de quatro das cinco ondas disponíveis para o Brasil, são elas: 1994–1998 (n. 1.143), 2005–2009 (n. 1.500), 2010–2014 (n. 1.486) e 2017–2022 (n. 1.762). Os gráficos exploram dimensões relacionadas a atitudes e percepções dos brasileiros sobre a democracia e seu funcionamento, ao autoritarismo e a participação.

Os três gráficos abaixo (1-3) mostram que o grau de importância da democracia para os brasileiros cresceu nas últimas 3 ondas pesquisadas. Ele foi de 40% na primeira onda, subiu para 49%, na segunda, e atingiu 53% na última onda disponível. Todavia, o paradoxo com o gráfico 2 e 3 é forte. Cresceu entre os brasileiros a percepção de que o país não é governado de forma democrática. Enquanto que na primeira onda (2005–2009) 59% dos brasileiros acreditavam que o país estava sendo governado de maneira democrática, na última (2017–2021) apenas 21% creem nisso, sendo que 70% dizem que o país não está sendo governado de maneira democrática. No gráfico 3, em se tratando da satisfação com o funcionamento do sistema político, apenas 13% dizem estar satisfeitos, enquanto 85% se dizem insatisfeitos.

¹ Seus dados estão disponíveis no endereço: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp> [acesso em 28/12/2024]

Gráfico 1. Importância da democracia. Fonte: World Values Survey (WVS), soma das cinco primeiras respostas e cinco últimas de 1 a 10, criando as duas dimensões.

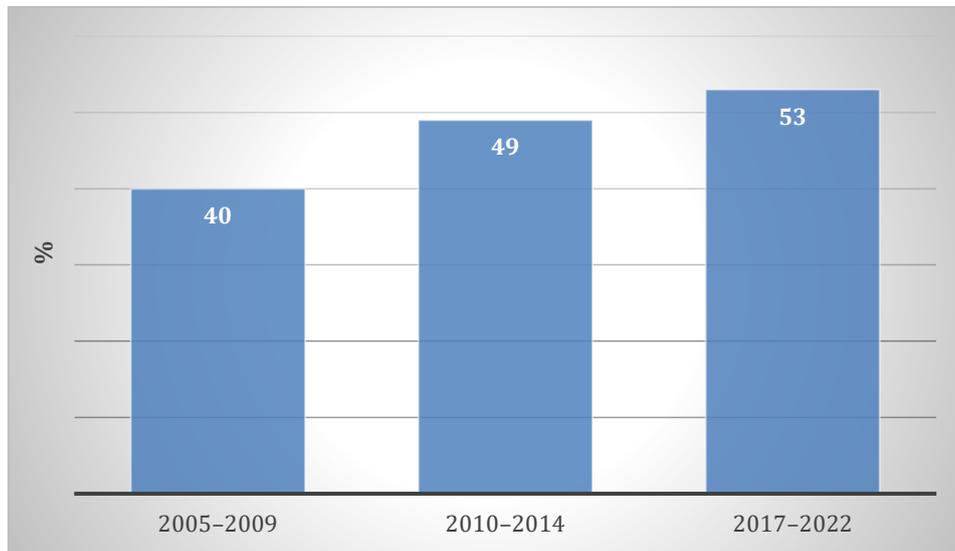


Gráfico 2. Quão democraticamente o Brasil está sendo governado. Fonte: WVS, soma das cinco primeiras respostas e cinco últimas de 1 a 10, criando, assim, as duas dimensões.

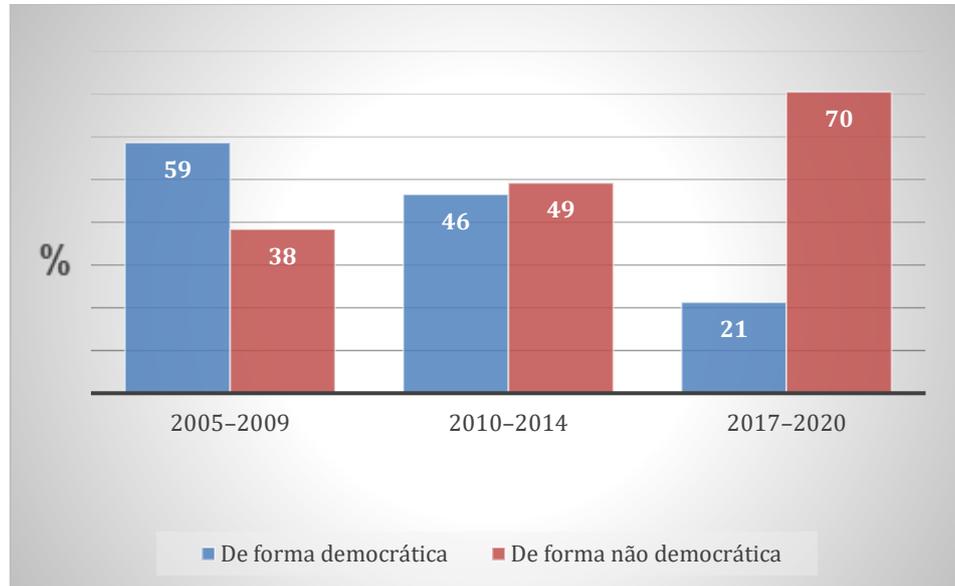
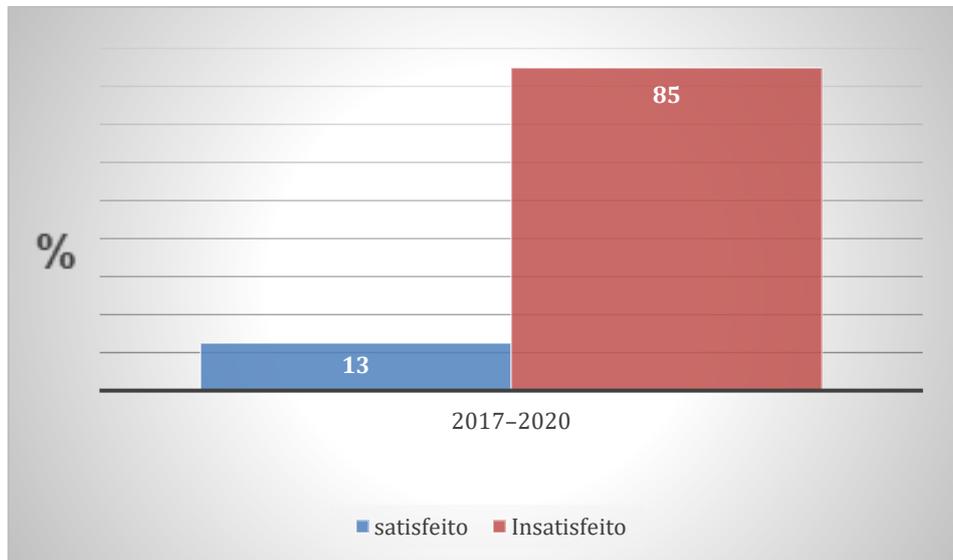


Gráfico 3. Satisfação com o desempenho do sistema político. Fonte: WVS, soma das cinco primeiras respostas e cinco últimas de 1 a 10, criando as duas dimensões.



Nos três gráficos abaixo (4-6) vemos que para 38% dos brasileiros, uma característica essencial da democracia é o exército assumir quando o governo for incompetente. E houve um aumento naqueles que acreditam que o exército deveria governar, passando de 34% na onda 2005–2009 para 37% na onda 2017–2022. E, apesar de haver diminuído em nove pontos percentuais entre a penúltima e última onda aqueles que entendem que deve haver um líder forte que não precise se preocupar com o parlamento e eleições, o índice ainda é alto, chegando a 56% entre os brasileiros.

Gráfico 4. O exército assume quando o governo é incompetente. Fonte: WVS. Em uma escala de 1 a 10, somou-se as quatro últimas, respostas posicionadas como ser uma característica essencial da democracia.

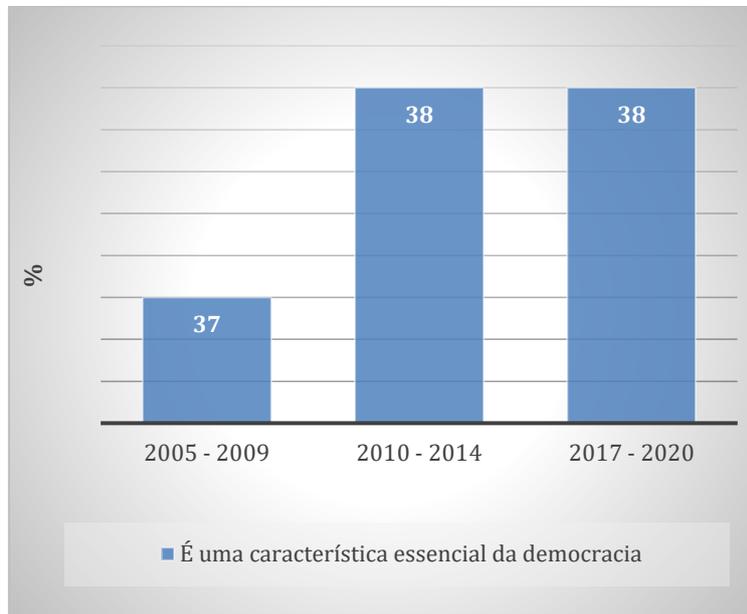


Gráfico 5. Ter um governo do exército. Fonte: WVS, soma de "bom" e "muito bom".

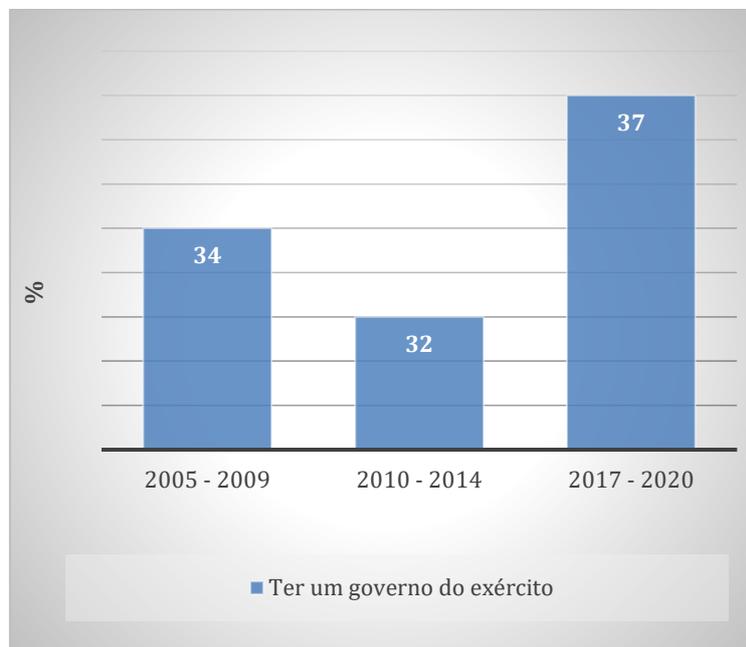
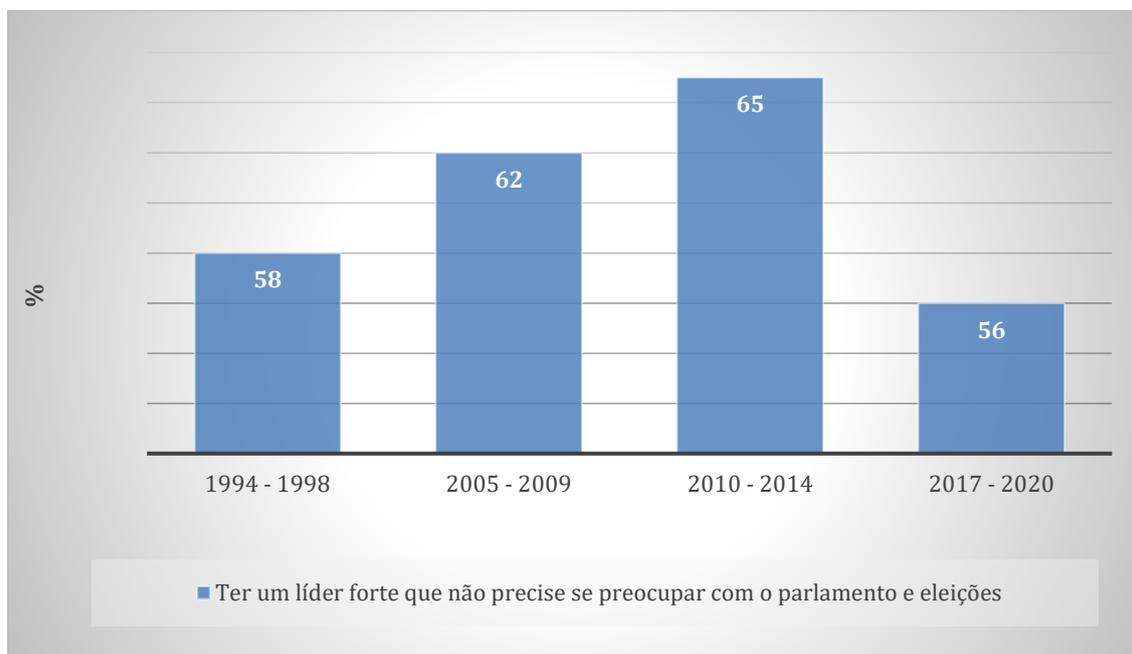


Gráfico 6. Ter um líder forte que não precise se preocupar com o parlamento e eleições. Fonte: WVS, soma de “bom” e “muito bom”.

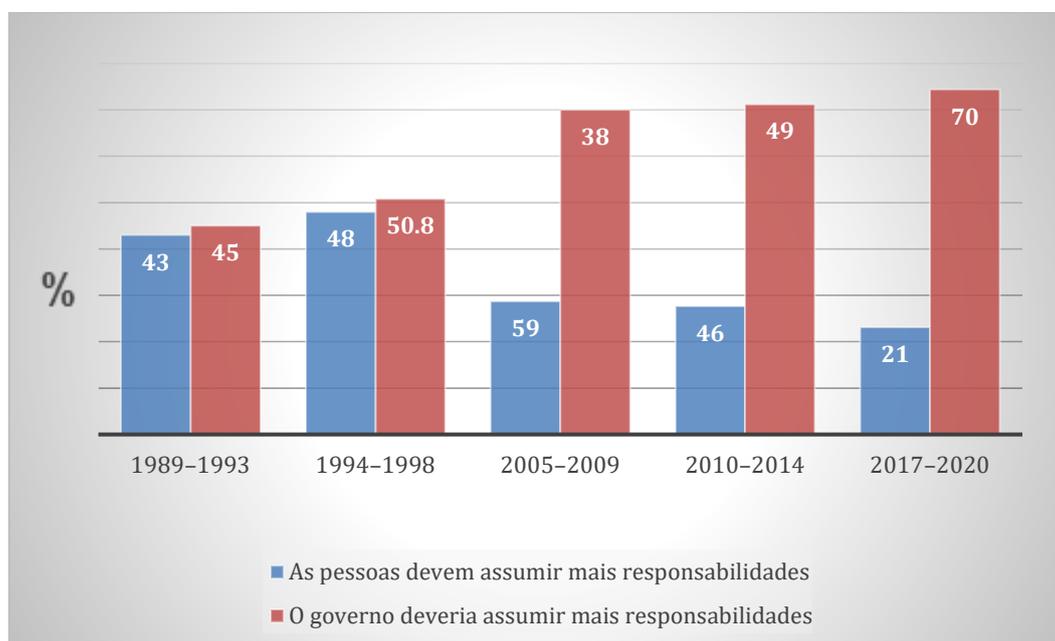


Os gráficos 7 e 8 abaixo traz a dimensões que exploram o posicionamento dos brasileiros sobre ter um governo de especialistas e de quem deveria assumir mais responsabilidade, se o governo ou se os indivíduos. Diminuiu o número de brasileiros que acham bom ou muito bom ter um governo de especialistas e não de políticos tomando decisões. Todavia, o percentual ainda é alto e ultrapassa dois terços entre os brasileiros, 68%, na última onda. E apesar de nas cinco ondas os entrevistados acreditarem que o governo deveria assumir mais reponsabilidade, na primeira havia um maior equilíbrio, pois 45% e 43% acreditavam que o governo ou os indivíduos deveriam assumir mais responsabilidade. Todavia, ao explorarmos mudança na série temporal, vemos que o equilíbrio deixa de existir para haver uma grande maioria que acredita que o governo deveria assumir mais responsabilidade, chegando na última onda com 70% das pessoas afirmando essa posição. Ou seja, os brasileiros passam a acreditar e a ver no governo o grande agente responsável pelas mudanças que eles querer ver.

Gráfico 7. Ter um governo de especialistas. Fonte: WVS, soma de “bom” e “muito bom”.



Gráfico 8. Responsabilidade individual x responsabilidade do governo. Fonte: WVS, soma das cinco primeiras respostas e cinco últimas de 1 a 10, criando as duas dimensões.



Os gráficos 9 e 10 abordam as dimensões da participação relacionadas a ações políticas, ao ativismo social e a ações políticas feitas online. Na série temporal trazida pelo gráfico 9,

houve redução daqueles que já assinaram uma petição ou poderiam vir a assinar, de 81% na primeira onda para 74% na última. Igualmente, diminuíram aqueles que já aderiram a boicotes ou que poderiam vir a aderir, de 63% a primeira onda para 56%. Já para aqueles que poderiam participar de manifestações legais, houve uma estabilidade dentro da margem de erro entre a primeira e a última onda, de 34% para 32%. É preciso ressaltar que entre a penúltima onda analisada e a última voltou a haver um crescimento em duas dimensões: aderir a boicotes (24% para 32%) e assistir a manifestações legais (52% para 56%). No gráfico 10, 60% dos brasileiros dizem que já doaram ou poderiam vir a doar para uma campanha, 39% já influenciaram ou disseram que poderiam a vir influenciar outras pessoas sobre questões políticas e 45% já incentivaram outras pessoas a votarem. Ainda, 60% já assinaram ou poderiam vir a assinar uma petição online, 39% já encorajaram outras pessoas online sobre questões políticas e 28% já organizaram atividades, protestos ou eventos políticos.

Gráfico 9. Ações políticas. Fonte: WVS, já fez ou poderia vir a fazer.

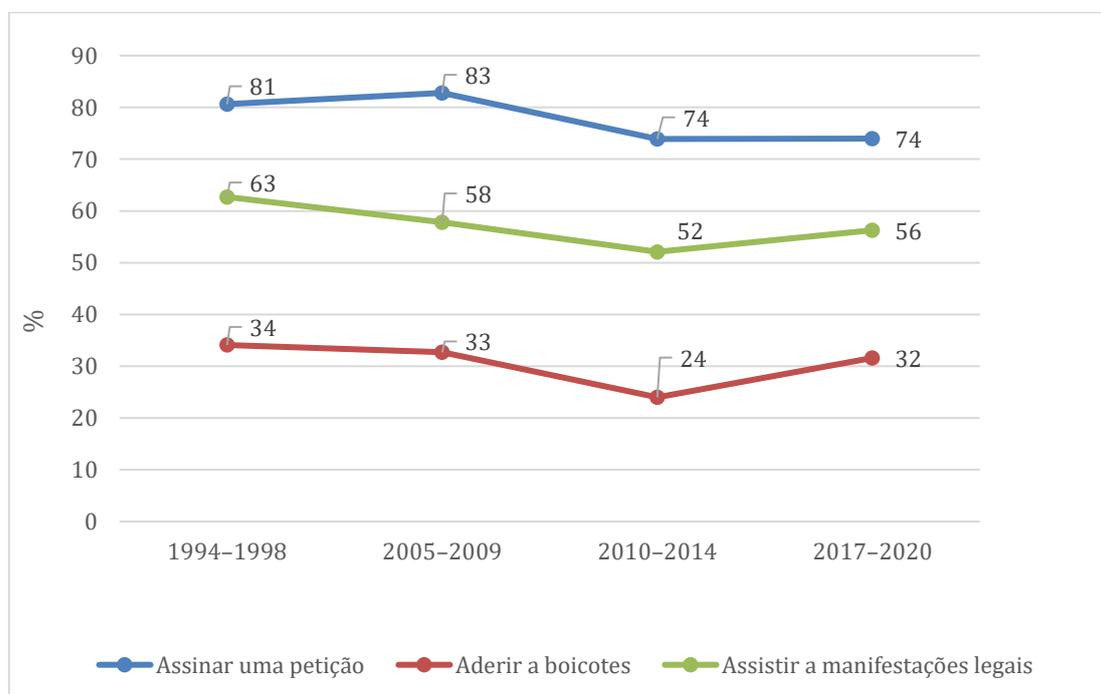
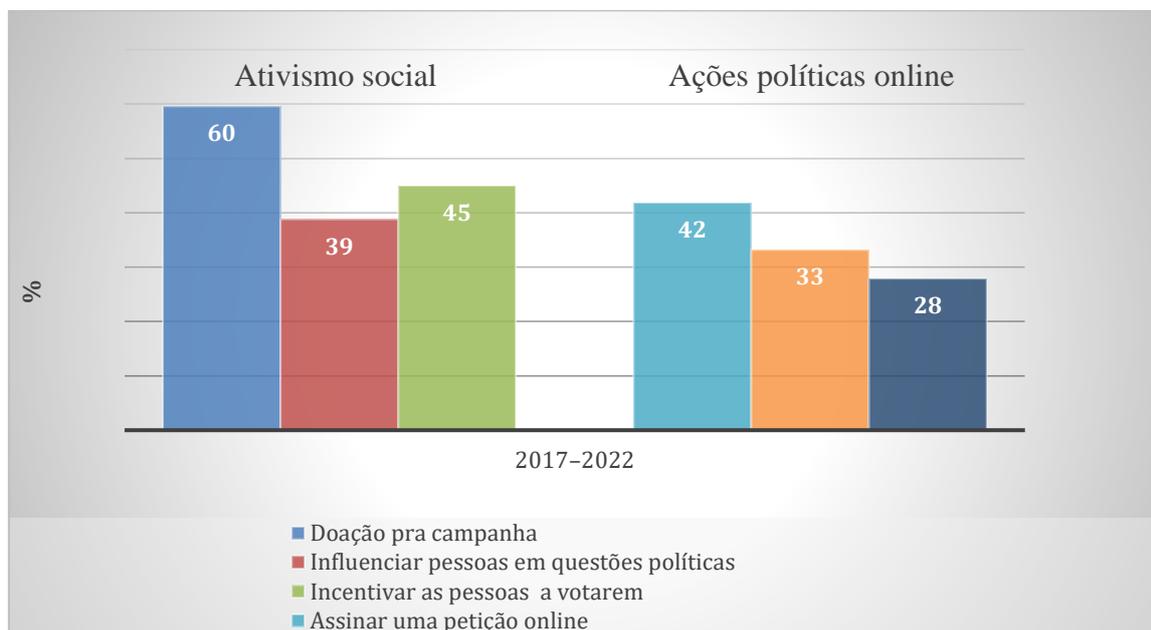


Gráfico 10. Ativismo social e ações online. Fonte: WVS, já fez ou poderia vir a fazer.



As bases da cultura política autoritária brasileira

Uma discussão importante feita na literatura é a do paradoxo existente entre a consolidação do apoio difuso ao regime democrático e a alta insatisfação com o seu funcionamento e a queda constante da confiança nas instituições políticas da arquitetura poliárquica. Os dados aqui reforçam esse paradoxo, mas apontam sinais de que existiam e existe na cultura política brasileira uma abertura para lideranças que explorem tais insatisfações e baixa confiança e equalizem isso num discurso populista e autoritário. Nesse sentido, é importante reforçar que a ascensão do discurso antissistêmico e autoritário ocorrido nos últimos anos possui uma base de apoio social expressiva.

Os dados também reforçam que na cabeça dos brasileiros o exército possui um papel importante na condução e observância da democracia. A tese de “fiadores da democracia” acimentada ao longo da sua história institucional ainda faz se valer na cultura política dos brasileiros. A ideia de contra balanços de poderes não está clara na cabeça dos brasileiros, uma vez que mais da metade das pessoas pensam que ter um líder que não se preocupe com o parlamento e eleições seria uma direção positiva. E apesar dos brasileiros estarem altamente insatisfeitos com o funcionamento do sistema político, eles creditam um papel central do

governo na condução dos seus destinos e pensam que ter especialistas ao invés de políticos tomando decisões é uma coisa boa, o que reforça a natureza tecnocrática e o poder de agentes dentro da própria burocracia, uma vez que passam a serem vistos como cruciais e salvadores. Os dados reforçam duas dimensões do autoritarismo aqui descritas, o militar e o burocrático.

Tais elementos contribuíram para a ascensão da extrema direita nos últimos anos e seu feito inédito de eleger um presidente da república. O que se convencionou chamar de “bolsonarismo” em grande medida nada mais é do que a explicitação desta cultura política autoritária: mais reacionária que conservadora, mais estatal que liberal e menos democrática que poliárquica. Dessa forma, é preciso entender que uma cultura política autoritária subsistiu e subsistirá ao bolsonarismo e a Bolsonaro. O que significa dizer que a democracia brasileira permanece com grandes desafios pela frente.

Um dos principais desafios é reduzir a desigualdade socioeconômica histórica que o país apresenta. A percepção e atitude por trás do regime democrático salienta que os brasileiros não estão satisfeitos com os resultados que ele vem entregando. Para uma análise comparativa, Inglehart e Norris (2017) argumentaram que uma das causas para a ascensão da extrema direita e do populismo autoritário em países da Europa e Estados Unidos foi que os ganhos econômicos obtidos nos últimos trinta anos favoreceram apenas os ricos, enquanto que a classe média e os mais pobres foram extremamente prejudicados, o que abriu espaço para narrativas antissistêmicas, nacionalistas e xenófobas.

Ainda sobre a desigualdade e concentração de renda, Nun (2000) argumentou que, no caso da América Latina, tais desafios nunca foram superados. Enquanto países desenvolvidos apresentam uma distribuição de riqueza 40:40:20, a América Latina possui uma formação 60:30:10, com 40% da população mais pobre se apropriando de apenas 10% da riqueza. A crítica de Nun para os direitos sociais no Brasil é a de que eles nunca assumiram um caráter universal, sempre estando na história do país ligado a um compromisso populista, como no caso dos direitos sociais na Era Vargas, ou servindo como instrumento de cooptação a partir da constituição de 1988. Essa situação gera uma realidade na qual os direitos são muito difundidos, porém pouco garantidos. No exemplo do Brasil, uma das sociedades mais desiguais do mundo, somado a sua tradição autoritária, tais elementos funcionam como insumos para a ascensão de lideranças populistas.

Outra questão importante é a transformação que a sociedade vem presenciando nas suas matrizes religiosas. A igreja católica, que durante muito tempo foi presença importante na vida dos brasileiros, perdeu protagonismo nas últimas décadas para denominações religiosas evangélicas, em especial, os pentecostais e neopentecostais. Estes grupos passaram a formar e a eleger lideranças comprometidas com seus valores, o que alterou não somente a paisagem social religiosa do país, mas também os determinantes políticos de acesso ao poder para os representantes desse grupo.

O caso da eleição de Marcelo Crivella para a prefeitura do Rio de Janeiro em 2016 e do apoio maciço de lideranças cristãs evangélicas ao Bolsonaro em 2018 e 2022, são exemplos dessa nova dinâmica. A questão envolvida aqui se sobrepõe a reação aos valores e costumes do progressismo dos últimos anos, mas radica também numa maior profissionalização de campo do poder evangélico no Brasil. Quando falamos em profissionalização obviamente estamos tratando de dominação.

No início deste artigo sugerimos uma abordagem tridimensional para entender o autoritarismo. Aqui deixamos explícita nossa preocupação em ampliar essa análise em pesquisas futuras, procurando mensurar se uma vertente do autoritarismo religioso pode ajudar a fornecer explicações teóricas e empíricas para o fenômeno moderno do populismo autoritário. Sabemos que ele foi importante no caso brasileiro, mas investigações comparativas precisam ser realizadas para verificar o alcance da análise.

Por fim, cabe destacar que o populismo autoritário de Jair Bolsonaro procurou seguir a cartilha internacional anti-iluminista em propulsão por Steve Bannon. Tanto na maneira antagônica de se posicionar no conflito para radicalizar a identificação de seu grupo político, ranqueamento inimigos e execrando adversários, perseguindo constantemente jornalistas e fazendo ataques sistemáticos a veículos de imprensa, além de fomentar grupos antissistemas que pediam o fechamento do Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. Cartilha contemplada pelo que Levitsky e Ziblatt (2018) chamaram de “jogo duro institucional”.

À exemplo de Viktor Orbán, que vem constringendo aos poucos a democracia húngara e desferindo golpes oportunos, como o que ocorreu em meio à crise sanitária envolvendo o Coronavírus, fechando o parlamento e tomando para si o poder arbitrário, e ao exemplo de Donald Trump, que deixou um profundo abismo na crença dos americanos na

democracia e nos processos eleitorais, Jair Bolsonaro seguiu na mesma ofensiva. Embora a musculatura institucional tenha resistido, os dados que trouxemos nesta pesquisa indicam a existência de uma base social expressiva de apoio para ações dessa natureza. Por essa razão monitorar a direção do apoio e a cultura política importam, pois funcionam como bons preditores para compreender ofensivas mais audaciosas ou para recuos mais calculados de ataques à democracia brasileira.

Conclusão

O autoritarismo brasileiro é multifacetado e aqui foram destacadas três dimensões importantes: formação, a militar e a burocrática. Todavia, pensamos que uma quarta dimensão pode ser melhor explorada teoricamente e empiricamente em pesquisas futuras. Esta é uma importante limitação desse estudo uma vez que tais desafios necessitam de uma base de dados robusta para se chegar a resultados explicativos satisfatórios ou insatisfatórios.

É importante reforçar que a base social que sustenta a direção da cultura política favorece a ascensão de lideranças de natureza autoritária. O aumento da lacuna entre o apoio difuso ao regime democrático e a insatisfação com o seu funcionamento deixa o caminho pavimentado para a construção de narrativas antissistêmicas e de ideologias extremas, como foi o caso da chegada inédita da extrema direita ao governo por meio do voto. Nesse sentido, é preciso que as instituições não sejam apenas reativas, como foi no caso do ataque à sede dos três poderes realizado no dia 8 de janeiro deste ano, mas também são necessários que as normas por elas criadas ajudem a transformar a cultura política autoritária existente no país.

Apesar do nível de engajamento haver diminuído ao longo do tempo, as mudanças ocorridas nas ferramentas de comunicação destacam também uma transformação em curso na natureza do engajamento, se deslocando, em parte, das ruas, para plataformas online. A ascensão de grupos da direita e extrema direita têm se valido desse caminho com grande habilidade, como foi no caso de muitas das manifestações feitas pelo Movimento Brasil Livre e do Vem pra Rua, ou mesmo no alcance do engajamento feito por grupos pró-Bolsonaro para a eleição de 2018 via WhatsApp e via Telegram em 2022. A grande habilidade desses grupos em disseminar informações falsas ou distorcidas constituiu um trunfo importante que garantiu ganhos de poder político nos últimos anos.

Como podemos ver, os desafios para a democracia brasileira permanecerão altos já que uma maior parcela das lideranças políticas atuais, que em sua composição constroem o que é hoje o Congresso mais conservador e à direita e extrema direita das últimas legislaturas, encontram também uma base social de apoio expressiva. Transformar a cultura política brasileira de natureza autoritária é o desafio supremo do regime democrático de modelo liberal aqui instalado, mas isso só ocorrerá se ele for capaz de transformar a vida dos brasileiros, dando-lhes direitos civis, políticos e sociais substantivos, e trabalhando para desintegrar essa estrutura perniciososa que tem gerado desigualdade socioeconômica em um padrão inigualável.

Referências

Alexander, J. C. (2018) Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 3, p. 1009-1023.

Badie, B. e Hermet, G. (1993) Las dinâmicas huérfanas. *In: Badie, B. e Hermet, G. Política Comparada*. México: Fundo de Cultura Econômica, pp. 180-212.

Bittencourt, M. (2020) A “Nostalgia da Ditadura” e as eleições de 2018 no Brasil: uma proposta de explicação. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Boese, V. A., Alizada, N., Lundstedt, M., Morrisin, K., Natsika, N., Sato, Y., Tai, H. e Lindberg, S. (2022) *Autocratization changing nature?* Democracy Report: Varieties of Democracy.

Carvalho, J. M. de (2019) *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Castro, H. C. de O. de, Santos, D. de O. e Beal, L. I. (2020) A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo-populista: uma análise da América do Sul e da Europa. *Revista Debates*, v. 14, n. 3, pp. 99-125.

Dahl, R. A. (2012) *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.

Dahl, R. A. (2016) *Sobre a democracia*. Brasília: Universidade de Brasília.

Deibert, R. (2015) Authoritarianism goes global: cyberspace under siege. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 3, pp. 64-78.

Faoro, R. (2012) *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* São Paulo: Globo.

Hoffmann, F. (2019) *Declínio da confiança nas instituições políticas: o desafio da democracia brasileira.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política.

Inglehart, R. e Norris, P. (2017) Trump and the populist authoritarian parties: the silent revolution in reverse. *Perspectives on Politics*, v. 15, n. 2, pp. 443-454.

Levitsky, S. e Ziblatt, D. (2018) *Como as democracias morrem.* Rio de Janeiro: Zahar.

Lührmann, A. e Lindberg, S. (2019) A third wave of autocratization is here: what is new about it?. *Democratization*, v. 26, n. 7, pp. 1095-1113.

Moisés, J. Á. (2005) A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, n. 1, pp. 33-63.

Moisés, J. Á. e Meneguello, R. (2013) *A Desconfiança Política e Seus Impactos na Qualidade da Democracia.* São Paulo: Universidade de São Paulo.

Nun, J. (2000) *Democracia: gobierno del pueblo o governo de los políticos.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina.

Pateman, C. (1992) *Participação e teoria democrática.* Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Putnam, R. D. (2000). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.* São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.

Santos, E. R., Hoffmann, F. e Duarte, S. (2020) A (des) confiança dos brasileiros na democracia. *Revista de Opinião Jurídica*, v. 28, n. 27, pp. 170-191.

Schumpeter, J. A. (2017) *Capitalismo, socialismo e democracia.* São Paulo: Unesp.